



Editorial

Usos políticos do passado: memória pública da escravidão e do colonialismo II

Ana Lucia Araujo e Ynaê Lopes dos Santos

Práticas da História, n.º 16 (2023): 7-10

www.praticasdahistoria.pt

Editorial

Usos políticos do passado: memória pública da escravidão e do colonialismo II

Ana Lucia Araujo* e Ynaê Lopes dos Santos**

O verão de 2020 transformou a memória pública da escravidão e do colonialismo nos Estados Unidos. As repercussões da transformação dos últimos três anos atingiram vários países europeus, como Inglaterra, França e Portugal. Mas, apesar desses impactos transnacionais recentes, cada uma dessas nações e suas ex-colônias têm lidado de maneiras diferentes com seus passados associados à escravidão e ao colonialismo nas últimas décadas. Por um lado, os protestos que se seguiram ao assassinio de George Floyd em março de 2020 contribuíram para expor publicamente as desigualdades raciais e a onipresença de símbolos pró-escravidão muito além dos Estados Unidos. Por outro lado, os afro-americanos e as populações negras nas Américas, Europa e África começaram a lutar de maneira individual e coletivamente para derrubar estruturas sociais, econômicas e simbólicas que historicamente excluíram as antigas populações escravizadas e colonizadas das narrativas oficiais nacionais bem antes desses protestos recentes.

Partindo deste contexto que continua a desenrolar-se três anos após o histórico verão de 2020, esta segunda parte do número “Political Uses of the Past: Public Memory of Slavery and Colonialism” inclui

* Ana Lucia Araujo (aaraújo@howard.edu). Howard University, 2400 Sixth Street NW Washington, DC 20059, Estados Unidos da América.

** Ynaê Lopes dos Santos (ynae.lopes.santos@gmail.com). Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, Campus do Gragoatá, Rua Prof. Marcos Waldemar de Freitas Reis Bloco O, sala 205, Niterói 24210-201, Brasil.

quatro artigos e um ensaio que debatem a ascensão da memória pública da escravidão e do colonialismo nos Estados Unidos, Brasil, Moçambique e Portugal. Os dois primeiros artigos discutem a memória pública pró-escravidão da Confederação nos Estados Unidos e no Brasil. Os outros dois artigos examinam como a memória pública e oficial da escravidão e do colonialismo opera no sistema escolar do Brasil e de Moçambique. Estas duas ex-colônias portuguesas estiveram profundamente envolvidas na longa história do comércio transatlântico de escravos, embora as suas posições fossem diferentes. Por um lado, Moçambique forneceu cativos para o comércio atlântico de africanos escravizados, tornando-se mais tarde uma colônia portuguesa. Por outro lado, o Brasil importou cativos de Moçambique e só aboliu a escravidão em 1888. A história da escravidão e do colonialismo deixou marcas profundas em ambas as nações. No Brasil, racismo e desigualdades raciais profundas ainda prevalecem hoje.

Esse número especial começa com o artigo “From Minnesota to Mississippi: The Murder of George Floyd and the Retirement and Replacement of the State Flag of Mississippi”, de Caleb Smith, Stan Brunn e Byron D’Andra Orey. O artigo explora a história do design da bandeira do Mississippi durante o período após o final da Guerra Civil Americana e a abolição da escravidão, em 1865, até o período presente. Os autores concentram suas análises no desenho de 1894 que apresentava uma bandeira de batalha confederada e que permaneceu vigente por mais de um século, mas se tornou cada vez mais contestada nos últimos setenta anos. Smith, Brunn e Orey mostram como os movimentos sociais liderados por atores sociais afro-americanos, que se intensificaram grandemente após o assassinio de George Floyd no verão de 2020, acabaram levando à remoção da bandeira estado de Mississippi que ainda exibia o símbolo pró-escravidão da Confederação.

Em “Irreconcilable Differences? A Reckoning with *Confederado* History in Brazil”, Mary Kenny explora a história dos confederados que, após o fim da Guerra Civil Americana, se mudaram para o Brasil, onde puderam reconstruir suas vidas adquirindo terras e pessoas escravizadas. Os confederados brasileiros, conhecidos como “confederados”,

mantiveram uma memória coletiva, cultural e pública da escravidão em solo brasileiro, por meio de diversos dispositivos como cemitérios e festas públicas. Embora vários estudiosos, como Gerald Horne, Luciana da Cruz Brito, Maria Clara Sales Carneiro Sampaio, Jordan Brasher e Alan P. Marcus, tenham examinado a história e a memória pública dos confederados americanos no Brasil, seus trabalhos enfocaram a presença dos confederados no estado de São Paulo, no sudeste brasileiro. Em contraste, o artigo de Kenny examina a memória dos confederados em Santarém, no estado do Pará, uma região marcada por uma grande concentração de terras e onde populações indígenas brasileiras e comunidades de quilombos lutam pelo direito à terra há várias décadas num ambiente muito hostil.

“Negações e silêncios: a memória da escravidão entre o manual escolar e o parlamento brasileiro”, de Alex Andrade Costa, examina a forma como os manuais escolares brasileiros falharam em abordar a história e a memória da escravidão e as questões raciais nos últimos dois séculos. Costa argumenta que, por meio de silêncios sobre essas atrocidades humanas passadas, os livros didáticos brasileiros minaram possíveis políticas de reparação. Na mesma linha, “Nó Górdio e relações entre Moçambique e Portugal: futuro inventado nas escolas moçambicanas da província de Sofala”, de Armindo Armando, Augusto Alberto e Martins JC-Mapera discute os resultados de um projeto de pesquisa com alunos de escolas da província de Sofala, em Moçambique. A partir de grupos focais com alunos de escolas, o projeto e o artigo exploram as percepções sobre a operação Nó Górdio, episódio central da violência colonial que marcou a luta pela libertação de Moçambique em 1970. Os autores discutem como essa atrocidade permaneceu viva na memória coletiva dos cidadãos de Moçambique e na memória oficial da nação através de reportagens e manuais escolares. Os autores defendem que o reconhecimento da história e da memória desta atrocidade pode contribuir para um futuro mais positivo das relações bilaterais entre Moçambique e Portugal.

O número especial inclui ainda o ensaio “White Innocence, Black Erasure: Reviewing *Alcindo* (2020) Against the Fictions of Portuguese

Colonial Bonhomie”, da historiadora Patrícia Martins Marcos, que resenha o documentário *Alcindo* (2020) de Miguel Dores. O número conclui com uma entrevista ao historiador Jochen Hellbeck, da Rutgers University, pelo historiador José Neves. Como editoras desta edição, sabemos que os debates e ações que surgiram e se intensificaram durante o verão de 2020 não terminaram, e muitos números especiais serão necessários para compreender plenamente as transformações iniciadas há três anos.

Referência para citação:

Araujo, Ana Lucia, e Ynaê Lopes dos Santos. “Usos políticos do passado: memória pública da escravidão e do colonialismo II”. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 16 (2023): 7-10. <https://doi.org/10.48487/pdh.2023.n16.32013>.